

ROBERTO PEREIRA SILVA

RENATA BIANCONI

O GOLPE DE 1964 COMO MARCO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: UMA LEITURA A PARTIR DOS *DIÁRIOS* *INTERMITENTES* E DA *CORRESPONDÊNCIA INTELLECTUAL*

Recebido em 06/07/2023

Aprovado em 16/11/2023

O GOLPE DE 1964 COMO MARCO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: UMA LEITURA A PARTIR DOS *DIÁRIOS INTERMITENTES* E DA *CORRESPONDÊNCIA INTELLECTUAL*

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o impacto da experiência do golpe militar de 1964 na trajetória intelectual de Celso Furtado e em suas interpretações sobre a economia brasileira e latino-americana. Os diários e a correspondência intelectual de Furtado são destacados no artigo, visando retratar seu esforço de reconstrução intelectual no exílio e suas interações com outros intelectuais. O artigo discute inicialmente a relação entre teoria e ação prática no pensamento de Furtado e revisita seus escritos pessoais para reconstituir a reformulação conceitual iniciada em abril de 1964. Em seguida, procurando identificar as modificações de seu pensamento, destaca suas análises do processo de substituição de importações e seus limites para a superação do subdesenvolvimento, do papel dos grupos sociais nas disputas econômicas e as possibilidades de ação política, bem como seu exame dos condicionantes externos para o desenvolvimento no contexto da Guerra Fria.

Palavras-chave: Celso Furtado; golpe de 1964, correspondência intelectual

ROBERTO PEREIRA SILVA

Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

E-mail: roberto.silva@unifal-mg.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8194-5086>

RENATA BIANCONI

Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) e Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

E-mail: renata.bianconi@unifal-mg.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4023-6830>

Abstract

The aim of this article is to analyze the impact of the experience of the 1964 military coup on Celso Furtado's intellectual trajectory and on his interpretations of the Brazilian and Latin American economy. Furtado's diaries and intellectual correspondence are highlighted in the article, aiming to retrace his intellectual reconstruction in exile and his interactions with other intellectuals. The article first discusses the relationship between theory and practical action in Furtado's thought and revisits his personal writings to reconstitute the conceptual reformulation initiated in April 1964. Then, seeking to identify the changes in his thought, it highlights his analyzes of the import substitution process and its limits for overcoming underdevelopment, the role of social groups in economic disputes and the possibilities of political action, as well as his examination of the external conditions for development in the context of the Cold War.

Keywords: Celso Furtado; 1964 coup, intellectual correspondence

*As formas que assumem os processos revolucionários dependem, em boa medida, de condições históricas criadas pela própria revolução [...] Uma vez criadas aquelas condições que levam à superação dos métodos políticos convencionais, isto é, rompido o marco institucional, passam a atuar numerosas forças antes sem acesso ao plano político. A interação dessas forças dá origem a situações imprevisíveis, as quais tornam mais difíceis a ação política pelos métodos convencionais. (Celso Furtado, *Dialética do Desenvolvimento*, 1964)*

*Hoje considero a minha vida totalmente perdida, no sentido que não posso recuperá-la. Pode ser que ela venha a ser totalmente inútil ou inefetiva, para o futuro, e nem por isso deixa de escapar-me ao controle. Isso poderá parecer uma fantasia de exilado, em dias de outono, mas é uma dura realidade. (New Haven, 15 de outubro de 1964 – Celso Furtado, *Diários Intermitentes*)*

Introdução

Poucos meses separam os dois trechos acima. No primeiro, escrito entre finais de 1963 ou início de 1964, temos uma análise das opções que se apresentavam diante da crise política, social e econômica brasileira. O regime político oscilava entre o parlamentarismo e presidencialismo; os movimentos grevistas aumentavam; o crescimento econômico se revertia pela primeira vez desde os anos 1940; a inflação chegaria a mais de 70% no final de 1963; no Nordeste, a organização dos trabalhadores rurais e suas demandas por melhorias salariais e proteção social assumiam contornos de revolução na região secularmente marcada pelo imobilismo social e pela reprodução de uma elite detentora de terras e com acesso aos recursos públicos.

Na leitura de Celso Furtado, a desaceleração do desenvolvimento explicitou conflitos econômicos e sociais que, até então, estavam ocultos na aparência de um ganha-ganha no qual os trabalhadores urbanos viram crescer a oferta de trabalho e os salários, mantidos acima do nível do setor agrícola,

e os proprietários de terra e industriais beneficiavam-se da expansão da demanda e dos investimentos públicos ou privados que geravam procura para seus produtos. A quebra de ritmo acendeu um sinal de alerta e trabalhadores, latifundiários e industriais passariam a atuar pela proteção de seus rendimentos e de sua posição social. Não estava claro, ainda, se essas disputas por distribuição de renda se conflagrariam em uma revolução aberta, fosse de esquerda, progressista, fosse conservadora, nem se ela garantiria a abertura institucional para a representação do conjunto das vozes da nação ou, ao contrário, a fecharia. As opções estavam abertas e Celso Furtado via com otimismo que a explicitação das contradições pudesse se traduzir num debate nacional e na criação de consenso sobre uma política de desenvolvimento econômico que distribuiria seus frutos ao conjunto da sociedade.

Esse otimismo, entretanto, foi dolorosamente revertido pelo golpe militar de 31 de março de 1964, que não apenas impôs um governo autoritário, mas significou o encerramento abrupto da luta de Celso Furtado na Sudene, a perda de seus direitos políticos e o exílio. Pouco antes de sua partida, em resposta a uma carta de Charles Wagley, Furtado escreveria, em 8 de maio de 1964, sobre o período que culminara no golpe de Estado:

A nossa luta, no Nordeste, havia assumido, nos últimos tempos, caráter realmente dramático. A radicalização de esquerda e de direita tomara um caminho suicida. [...] Se do lado das esquerdas havia esse crescente alheamento da realidade, no das direitas imperava uma total alucinação. Criavam fantasmas e logo depois estavam correndo em pânico com medo desses mesmos fantasmas. (FURTADO, 2021, p. 327)

O segundo trecho da epígrafe explicita algo da angústia e do sofrimento do intelectual, de resto tão reservado em comentários sobre sua vida pessoal, no momento em que seu exílio o levava a New Haven, contratado pela Universidade de Yale logo após uma passagem por Santiago do Chile. Abre-nos a perspectiva, também, de melhor qualificar a relação entre teoria e prática em sua obra, rastreando como esse evento disruptor impulsionou uma modificação em sua análise de processos econômicos e sociais que

vinha acompanhando *pari passu* às transformações do país. Nosso objetivo principal é, portanto, examinar as modificações no pensamento de Celso Furtado como uma resposta ao golpe militar, destacando como o impacto dessa experiência levou-o a repensar suas interpretações sobre as economias brasileira e latino-americana e, além disso, mostrar como esse objetivo foi perseguido com a mobilização de ciências e de cientistas sociais engajados em problemáticas semelhantes¹.

Para tanto, nos valeremos de novos recursos colocados à disposição dos pesquisadores, tais como os diários e a correspondência de Celso Furtado, com os quais poderemos retratar, na escrita do presente, o esforço de reconstrução intelectual a que se dedica nos anos de exílio. Além dessa introdução, o artigo está dividido em duas seções principais, mais a conclusão. Na primeira delas discutimos a relação entre teoria e ação prática em seu pensamento e revisitamos seus escritos pessoais para delinear a reformulação conceitual iniciada em abril de 1964. Isso nos dará o contexto histórico, social e intelectual de suas reflexões. Em seguida, identificamos as modificações de seu pensamento, resultado de seu esforço de compreender as mudanças que ocorreram desde o início da década de 1960 na América Latina e, mais especificamente, no Brasil. Dessas transformações, destacaremos: a) a modificação na interpretação sobre as possibilidades de conclusão do processo de substituição de importações; b) o papel dos grupos sociais nas disputas econômicas e as possibilidades de ação política; e c) a análise dos condicionantes externos para o desenvolvimento, sobretudo o papel dos EUA na conjuntura da Guerra Fria.

A vivência do real

Que a obra de Celso Furtado seja marcada pela busca da compreensão do presente e orientada para a (transform)ação; que sua atuação tenha

¹ Importa frisar, desde o início, que esse objetivo não se confunde com a análise de como Celso Furtado interpretou o golpe militar de 1964. Sobre esse assunto, pode-se consultar Boianovsky (2014) e Rosa (2022).

conjugado reflexão teórica e diretrizes para a intervenção no presente, que sua concepção de que as ciências sociais devam voltar-se para a modificação das estruturas, disso não há dúvida.

Os diversos estudiosos têm enfatizado a maneira como a interpretação da realidade dos países latino-americanos, e do Brasil, em especial, traz uma combinação entre a leitura do presente e do passado e uma elaboração conceitual que, a um só tempo, permite compreender o mundo material e, simultaneamente, teorizá-lo pelas categorias, não apenas da ciência econômica, mas também da História e das Ciências Sociais. Sobre sua abordagem da ciência econômica, Furtado sintetizaria em *Aventuras de um economista brasileiro*:

Porque no centro de minhas reflexões estavam problemas reais, a pesquisa econômica foi sempre para mim um meio de preparar a ação, minha ou de outros. Compreender melhor o mundo para agir sobre ele com mais eficácia. Isso significa que os fins últimos devem estar sempre presentes no espírito. As afinidades doutrinárias decorriam da concordância na escolha dos temas ou problemas que convinha abordar (2013 [1973], p. 48).

É esse movimento combinado que faz com que Francisco de Oliveira (2003) afirme que “a obra furtadiana é uma obra para a ação” (p. 35) e que, “por outro lado, sua teorização era contemporânea dos processos que teorizava, realimentando-se, calibrando-se por eles” (p.48). Para Iglésias (1971), Furtado tem a “objetividade que só é possível em quem atua para o concreto, no trato diário com problemas que exigem imediata solução, com a vivência do real” (p.217-218). O mesmo é dito por Vera Alves Cepêda (2009), que considera que “Furtado inova no método e no destino da produção do conhecimento, tornando indissociável o saber e o fazer, mas ao mesmo tempo mantendo intacto o rigor acadêmico e a condição ética da política” (p.134). Comum a esses intérpretes, a relação entre teoria e prática é vista na direção de uma compreensão da realidade mutável que é teorizada por Celso Furtado, enfatizando que o concreto e o histórico são a matéria-prima sobre a qual constrói sua teoria do subdesenvolvimento, sem valer-se de apriorismos da

teoria econômica ou das ciências sociais. Pode-se dizer, portanto, que a realidade histórica tem um peso fundamental em suas formulações teóricas.

Partindo desses pressupostos, o que nos interessa no artigo é captar como esse evento histórico de grandes proporções, o golpe militar de 1964, foi percebido por Celso Furtado e como impactou sua reflexão sobre o presente. Não dizemos com isso que ele tenha modificado as bases de sua teoria do subdesenvolvimento, mas inegavelmente a ruptura política em seu país impulsionou uma revisão de sua interpretação. Embora essa modificação também esteja assinalada por diversos intérpretes (MALLORQUÍN, 2005; OLIVEIRA, 2003; BIANCONI, 2016), duas novas fontes, recentemente publicadas, os diários e parte de sua correspondência, permitem captar a direção dessas modificações. Ao relermos os dois trechos da epígrafe, percebemos que a ruptura política, social e pessoal que enfrenta está na raiz de uma transformação importante em sua obra, que se orientará para compreender as origens sociais do golpe militar no Brasil e o quadro econômico-estrutural subjacente, tanto no âmbito da América Latina quanto no jogo político internacional. Os escritos pessoais recentemente publicados – complementando os três volumes autobiográficos de Furtado (1997a, 1997b, 1997c) – nos permitem captar algo do impacto subjetivo do golpe e da resposta que a ele foi dada em termos de compreensão das causas imediatas e estruturais do acontecimento. A importância dessas publicações recentes tem sido destacada enquanto materiais que aprofundam a compreensão das condições de produção da reflexão intelectual de Celso Furtado (CARDOSO, 2021; COUTINHO, 2021; SILVA, 2021), e tornaram-se objetos específicos de análise (FELGUEIRAS, 2021) ou fonte para abordar questões pouco evidenciadas em sua obra como a visão sobre o golpe militar de 1964 (ROSA, 2022) ou suas incursões como romancista (KLUGUER, 2020).

Esses escritos de Celso Furtado, essenciais na argumentação que segue, sugerem uma distinção quanto a seu valor explicativo e suas intenções. Ora, se os textos autobiográficos podem ser considerados obras de maturidade (BOURDIEU, 1996), que reveem o passado à luz do presente, marcados pela

busca de uma coerência de percurso, de inclusões e exclusões de momentos sensíveis, a correspondência e os diários trariam a espontaneidade da reflexão cravada no presente, sem o filtro típico da perspectiva histórica. Contudo, como nos alerta José Luis Cardoso (2021, p. 623), o autor “não rasgou nem queimou seus cadernos de apontamentos onde de forma deliberada ou despreocupada deixou a marca de dias ou acontecimentos especialmente marcantes ao longo de sua vida tão preenchida [...] o que significa que os seus apontamentos poderiam vir a ser lidos e apropriados pelos seus leitores”. Estamos diante de fontes significativas de seu percurso pessoal, profissional e intelectual, que permitem captar um pouco do tom confessional e íntimo de um autor tão discreto no resto de sua obra.

Cartas e diários, escritos autobiográficos e, finalmente, os próprios escritos científicos de Celso Furtado, antes e depois do golpe, são as peças com as quais intentaremos acessar uma das características mais importantes de sua obra, qual seja, a relação íntima entre pensamento e ação que marcou tanto sua trajetória profissional quanto seu entendimento das ciências sociais. O evento – e a reação a ele – de que iremos nos ocupar, mostra-se capital para apreendermos as dimensões intelectuais, profissionais e afetivas, demonstrando como, sob o impacto da ruptura política brasileira, seu projeto intelectual sofreu alterações que buscaremos rastrear em seguida.

O golpe e o exílio

Celso Furtado estava em Recife no dia do golpe militar, ao lado do governador de Pernambuco Miguel Arraes e do prefeito da capital Pelópidas Silveira. Dez dias depois, o Ato do Comando Supremo da Revolução n.º 1 cassa seus direitos políticos. Em meados de maio, Celso Furtado embarca para Santiago, onde organizaria, no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), um grupo de debate reunindo sociólogos e economistas para discutir os textos clássicos da Cepal e repensar a questão do subdesenvolvimento e a industrialização substitutiva.

Apesar de criado em um momento internacional favorável a discussões sobre o desenvolvimento latino-americano (implementação da Aliança para o Progresso no governo Kennedy), o Ilpes, instituto ligado à Cepal, estava sujeito às pressões políticas típicas dos organismos internacionais. A realização de um seminário reagrupando exilados latino-americanos, logo após o golpe de 1964, chamaria a atenção do governo brasileiro, que ameaça boicotar o financiamento do BID ao Instituto, sob alegação de estímulo a discussões de cunho político sobre o desenvolvimento. (DOSMAN, 2008; FRANCO, 2015)

Por outro lado, os meses em Santiago parecem ter incutido em Celso Furtado a importância de retomada da reflexão coletiva, agora com a participação de sociólogos. Nessa busca, pode-se depreender a compreensão dos desafios impostos pela desaceleração da industrialização e do desenvolvimento na América Latina, bem como a percepção de que as repercussões sociais desse estancamento requereriam uma discussão política e sociológica – um diálogo interdisciplinar que ele mesmo incitara anos atrás na Cepal, apoiando a contratação de José Medina Echavarría (FURTADO, 1997a, p. 223).

Ainda durante sua estada no Chile, Celso Furtado aceita o convite para passar o ano letivo de 1964-65 no Centro de Crescimento Econômico da Universidade de Yale. A mudança profissional não significará o esgotamento do projeto iniciado em Santiago, mas a sua continuidade. Em carta a Luciano Martins de 20 de julho de 1964 anuncia seus planos de ir aos Estados Unidos e depois à França e firma seu projeto intelectual: “A ideia é repensar todo o problema do subdesenvolvimento com um critério mais amplo que o econômico, o que exigirá a cooperação de sociólogos e cientistas políticos. O Fernando Henrique Cardoso e o Francisco Weffort, que estão no Ilpes, vão trabalhar dentro do mesmo esquema. Nos Estados Unidos vou ver se articulo outros elementos” (FURTADO, 2021, p. 188-189).

Podemos ver o eco da revisão dos textos da Cepal, descrita em *Os ares do mundo*, e a integração com os sociólogos do Instituto. Como veremos adiante, a explicação do golpe militar está conectada a essa crise estrutural de

desaceleração da industrialização e da economia brasileira. Portanto, é da vivência concreta, imediata, que surge o impulso para pensar teoricamente tanto o desfecho político quanto o problema maior que lhe deu origem. Essa direção é revelada em carta de 30 de outubro, já em New Haven, a Álvaro Vieira Filho, anunciando que em sua temporada em Yale irá dedicar-se “a repensar uma série de coisas à luz da experiência que tivemos todos no Brasil” (FURTADO, 2021, p. 73). No trecho, ouvimos o eco da experiência do golpe militar e o desafio de explicá-lo.

O clima intelectual do Instituto, por sua vez, sugere um esforço coletivo de reflexão em busca de explicações com “um critério mais amplo que o econômico”. Por sua vez, se a discussão interdisciplinar iniciada no Instituto permanece no horizonte de Furtado, agora nos Estados Unidos, seu propósito continua sendo perseguido pelos colegas de discussão de Santiago. Fernando Henrique Cardoso refere-se ao legado de Furtado, em 29 de abril de 1965: “A equipe da Divisão Social está lançada com entusiasmo e seriedade na análise do programa que, nas grandes linhas, você traçou nos nossos seminários. Sentimos falta da participação dos economistas, mas para evitar perda de tempo começamos a trabalhar por nossa conta” (FURTADO, 2021, p. 95).

É durante a estadia em Yale que Celso Furtado talvez se dê conta de que a compreensão dos problemas da América Latina e do Brasil, sobretudo a percepção de que a desaceleração econômica não era peculiar a seu país, mas atingia grande parte do continente, pode ser expressa em um modelo explicativo mais abstrato e inclusivo. Em carta a Cardoso, datada de 3 de novembro de 1964, Furtado explicitaria sua agenda de trabalho:

Continuo aqui trabalhando na “tipologia” e já avancei bastante com respeito às posições a que havia chegado aí [Santiago]. Quero primeiramente esgotar o trabalho com base nos instrumentos da análise econômica, se se consegue demonstrar com bastante rigor, como pretendo fazê-lo, que nas condições *que atualmente prevalecem* o desenvolvimento traz necessariamente concentração de renda, poderemos derivar os elementos de uma teoria da estagnação econômica [...] (FURTADO, 2021, p. 92).

O trecho é pleno de referências. Primeiro ao trabalho no Instituto e o desenvolvimento posterior de temas que foram ali discutidos. Em segundo lugar, à “tipologia”, que, sabemos, terá sua forma final na teoria da estagnação. E, nessa reflexão, também a realidade concreta surge como orientação para a formulação teórica. É o impulso do presente, sua configuração, que aparece como o horizonte final da explicação furtadiana. O mesmo teor aparece na missiva a Luciano Martins, em 3 de novembro de 1964: “Estou presentemente concentrado na elaboração de uma tipologia econômica que nos permita, através de uma análise sequencial, determinar as efetivas possibilidades de desenvolvimento de nossa economia dentro do *marco institucional presente*. Creio que é necessário, primeiramente, *conhecer melhor o sistema atual*” (FURTADO, 2021, p. 191).

Em fevereiro de 1965 Celso Furtado apresenta um primeiro texto contendo suas reflexões sobre as raízes do golpe militar e o contexto latino-americano na conferência “Obstacles to change in Latin America”. Trata-se de uma nova periodização sobre o processo de industrialização na América Latina e de um exame do comportamento dos grupos sociais brasileiros no contexto da crise da industrialização. No texto, Furtado faz referência ao “populismo”, conceito que Francisco Weffort vinha trabalhando desde 1963² (WEFFORT, 1978, p. 11).

Contudo, o autor seguia ocupado com a elaboração de sua “tipologia” econômica, como podemos ler na longa carta a Octávio Ianni em 25 de maio de 1965:

Aqui tenho dedicado grande parte de meu tempo a uma tentativa de interpretação teórica do processo econômico latino-americano, com particular referência à integração no mercado mundial da segunda metade do século passado e à industrialização substitutiva. Os primeiros resultados

² Lilian da Rosa (2022) discute o uso do conceito de populismo de Weffort por Furtado. A citação ao Weffort que aparece na versão publicada na Revista Civilização Brasileira, intitulada “Obstáculos políticos ao crescimento econômico no Brasil”, foi retirada, como aliás a maior parte das referências, da publicação em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. No periódico, a data de escrita é setembro de 1964.

desse trabalho estão reunidos em um estudo sob o título “Desenvolvimento e estagnação na América Latina”, de cuja versão inglesa estou enviando uma cópia para você. Meu propósito foi avançar mais na análise econômica com respeito a algumas teses que vêm sendo apresentadas de forma algo imprecisa nos trabalhos da Cepal e outros. Até que ponto é válida, do ponto de vista estritamente econômico, a tese de que existem obstáculos estruturais ao desenvolvimento latino-americano, na fase atual? Ao mesmo tempo, procurei deixar o terreno preparado para um enfoque interdisciplinar. Fernando Henrique, Francisco Weffort e outros do grupo de Santiago estão trabalhando em temas afins. Considero muito importante que nos mantenhamos em contato todos os que estamos trabalhando na mesma direção, pois somos um grupo muito reduzido (FURTADO, 2021, p. 217).

O propósito interdisciplinar permanece, instando-o a seguir os passos dos outros colegas do Instituto e pensar os problemas brasileiros e latino-americanos³. Contudo, é importante destacar que a chamada tipologia não avançava exclusivamente através da “análise econômica”, mas incluía, também, uma revisão da formação histórica da América Latina, inclusive identificando as classes sociais presentes na evolução do subcontinente, da integração ao mercado mundial via exportação de artigos primários até o processo de industrialização⁴. É precisamente essa preocupação com os grupos sociais que lhe permite afirmar que deixara “o terreno pronto para um enfoque interdisciplinar”.

Essa produção feita no exílio se pautou pela revisão do contexto econômico e social que deu origem ao golpe militar e resultou em uma análise estrutural dos problemas da industrialização latino-americana. Contudo, o projeto furtadiano não se esgotaria nesses dois temas, mas incluiria, também, um exame das relações geopolíticas mundiais e de como o contexto da Guerra Fria estava redimensionando a importância estratégica da América Latina.

³ O artigo de Weffort, “Política de Massas”, foi publicado em livro organizado por Octávio Ianni, intitulado *Política e Revolução Social no Brasil*, em 1965.

⁴ Para a revisão da interpretação da formação histórica da América Latina, contida nesse texto, ver Maurício Coutinho (2015).

O tema é anunciado em carta a Fernando Henrique Cardoso, de 10 de maio de 1965: “Cada vez mais me preocupa o ‘problema’ americano. Estou pondo algum tempo em estudá-lo com miras a escrever um livro sobre os Estados Unidos para ser lido na América” (FURTADO, 2021, p. 96). Essa inquietação, veremos, estará presente no segundo capítulo do livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, intitulado “Obstáculos externos ao desenvolvimento”.

Configura-se um movimento interpretativo em três frentes: estrutura econômica, classes sociais e geopolítica internacional, entrelaçando-se. O problema estrutural relaciona-se às funções de produção e de repartição da renda que vinham sendo engendradas na América Latina nos estágios avançados da industrialização substitutiva. A resposta a essa crise estrutural no Brasil se configurou como um alinhamento dos setores tradicionais ligados à agricultura e aos industriais, unidos para conter reformas sociais e garantir a realização de suas margens de lucro. Finalmente, o contexto internacional, que atuava tanto sobre a causa estrutural – pois a função tecnológica era resultado das inovações feitas nos setores líderes em tecnologia que, no contexto da Guerra Fria, passam a receber incentivos para sua expansão aos países subdesenvolvidos – quanto na esfera política, constringendo a maneira como os países latino-americanos deveriam responder aos problemas sociais e à expansão das reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais. Não é demais repetir que tais reflexões, tecidas em menos de um ano de exílio, são fruto do engajamento de Celso Furtado em refletir sobre o presente, sobre o trauma do golpe militar. É por isso que, em carta de tom quase confessional a Fernando Henrique Cardoso, podemos ler a origem delas:

Por mais que me esforce para ver os acontecimentos dentro de uma perspectiva histórica, não posso deixar de *sentir* os acontecimentos como homem de determinada geração. Vejo que o horizonte se fecha diante de nós e que as possibilidades de atuar como intelectual se reduzem de maneira angustiante [...] Em épocas como esta, a vida do intelectual torna-se algo extremamente difícil. Sabemos que é pouco o que podemos fazer,

mas que esse pouco poderá ser o fundamental (FURTADO, 2021, p. 97, grifos do autor).

Que o exílio tenha marcado uma ruptura pessoal, profissional e intelectual em Celso Furtado, não resta dúvida. O exame de sua correspondência, por sua vez, nos permitiu retratar os passos intelectuais de seu projeto de reinterpretação do processo de desenvolvimento latino-americano, bem como perceber o influxo que a experiência do presente teve nessa mudança. Como anunciaria no prefácio ao livro que reuniria a primeira produção do exílio (FURTADO, 1966), o destino do país e o seu próprio estavam intimamente ligados:

Entre as consequências secundárias do golpe militar que, em abril de 1964, interrompeu o precário regime democrático que existia no Brasil a partir de 1945, inclui-se uma modificação fundamental na vida do autor, que teve abandonar suas atividades práticas no campo do desenvolvimento para dedicar-se ao trabalho universitário fora do Brasil (p. 1).

Destino nacional e pessoal mesclam-se nas palavras iniciais do livro e revelam o entrelaçamento entre a formulação teórica e a experiência prática que caracteriza sua obra.

Celso Furtado antes e depois do golpe militar de 1964

A continuação de nosso argumento requer o exame das modificações analíticas apontadas na seção anterior. A partir de agora recuperamos as análises de Celso Furtado feitas nos livros *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *A pré-revolução brasileira* (1962), *Dialética do desenvolvimento* (1964) e *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966), buscando indicar as mudanças conceituais, especialmente em três aspectos: a) a compreensão do processo de substituição de importações e seus limites, com ênfase na “tipologia” em que formalizou sua teoria da estagnação; b) o exame dos conflitos entre os grupos sociais e as formas de disputa entre eles e o resultado vivido pelo Brasil; c) o papel do contexto internacional como

condicionante das possibilidades de ação dos governos nacionais dentro da crise econômica estrutural.

a) o processo de substituição de importações e seus limites

Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), Celso Furtado discute a situação da industrialização brasileira. Para ele, a segunda metade da década de 1950 foi marcada pelo esforço de ampliação dos investimentos nos setores de equipamentos e de bens intermediários, visando a manutenção do crescimento econômico. O país encontrava-se, contudo, em uma situação de desequilíbrio no balanço de pagamentos, pois a necessidade de importações de máquinas e equipamentos superava a capacidade de financiamento interna, resultando na opção de manutenção do crescimento com inflação. Contudo, a conclusão dos investimentos dessa fase significaria o rompimento da “barreira da capacidade para importar, encerrando a fase das pressões inflacionárias incontíveis”. O país encontrava-se em um estágio de superação da estrutura colonial, sob o aspecto do “deslocamento do centro dinâmico para o setor industrial e do da mudança dos centros de decisão”. (FURTADO, 2009 [1961], p. 213)

Entretanto, se havia uma tendência à redução das pressões inflacionárias e a um “relativo equilíbrio entre a capacidade para importar e a procura de importações” (FURTADO, 2009[1961], p. 232), colocava-se ainda o problema de saber se a queda dos investimentos industriais, com a finalização do processo de substituição de importações, significaria também uma redução da taxa de crescimento. Para Furtado, essa tendência, ainda que real, poderia ser revertida por decisões políticas que deveriam “abrir seu caminho como alternativa a tensões sociais crescentes”. São elas, de um lado, o aumento da produtividade industrial e sua transferência para os setores assalariados, incrementando o mercado interno e ampliando a demanda agrícola, que, por sua vez, responderia com maior racionalização dos fatores de produção, melhora de produtividade e elevação dos salários. Dessa forma, o caminho para o desenvolvimento aponta para “um uso mais racional dos fatores e

de uma distribuição menos desigual”. (2009[1961], p. 233-234) Assim, no horizonte de Furtado aparecem a concretização do processo de substituição de importações, a redução da pressão inflacionária e o caminho inevitável a um desenvolvimento econômico mais inclusivo.

Em *A pré-revolução brasileira* (1962), a ideia da internalização dos centros de decisão e da orientação nacional para o desenvolvimento econômico é reforçada, afirmando-se que “elas nos armaram de um poder sobre o nosso destino que implica um desafio e uma responsabilidade” (p. 115). Para ele, o processo de industrialização continuava em vias de superar as limitações da capacidade de importar. Contudo, o que fora anunciado previamente como uma opção de desenvolvimento que deveria passar por transformações na agricultura e na distribuição de renda agora traduzia-se no programa de reformas de base, as quais teriam como objetivo

dotar o país de uma agricultura capaz de responder ao estímulo de uma procura crescente pela absorção de técnica e de capitais e não pela elevação dos preços e da remuneração relativa dos grupos parasitários, e dotar o governo de um instrumento fiscal que o capacite a financiar seus investimentos crescentes com recursos recolhidos naqueles setores que efetivamente estão sendo beneficiados pelo desenvolvimento, que é fruto do trabalho de toda a coletividade (FURTADO, 1962, p. 45).

Assim, apesar dos limites do processo de industrialização, sobretudo a diminuição da taxa de investimentos industriais que poderia se traduzir em desaceleração do crescimento e no acirramento de tensões, o problema poderia ser resolvido nacionalmente, agora com uma opção mais clara do que a de 1961, consubstanciada nas reformas de base. Pode-se dizer, portanto, que limites e soluções caminhavam juntos nos dois livros.

Em *Dialética do desenvolvimento* (1964), os entraves ao desenvolvimento são vistos por dois ângulos. Pelo primeiro, retomando considerações já apresentadas no sexto capítulo de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), a industrialização se beneficiou dos processos inflacionários que acabaram transferindo renda para o setor industrial e mantiveram a capitalização no

setor. Porém, a elevação dos preços vem perdendo sua capacidade dinâmica e, em consequência, a espiral preços-salários neutraliza os ganhos de capital decorrentes da inflação e, ao mesmo tempo, a disputa por reajustes salariais reduz as margens de lucro na indústria (FURTADO, 1964, p. 123-124), limitando uma das principais formas de impulso ao desenvolvimento industrial. Por outro lado, os entraves ao crescimento também aparecem na constatação de que o processo substitutivo chegou ao fim sem que a formação de capital estivesse autônoma em relação ao setor externo, ou seja, o desenvolvimento não foi acompanhado de autossuficiência produtiva e capacidade para importar. Esse impasse, por sua vez, parece escapar da ação política, pois as repercussões sociais da desaceleração do crescimento agudizam as tensões sociais e podem ser canalizadas para fora das instituições políticas.

Aqui, portanto, duas ideias presentes nos trabalhos anteriores saem do horizonte interpretativo: a diminuição da pressão sobre o balanço de pagamentos e a capacidade de decisão sobre o desenvolvimento econômico dentro dos marcos políticos e econômicos. Nesse livro, escrito poucos meses antes do golpe militar, o dilema passa a ser identificar quais forças sociais serão capazes de fazer valer seus interesses e por quais meios o lograrão, como ilustra o primeiro trecho de nossa epígrafe.

A análise que Celso Furtado tecerá sobre os limites econômicos estruturais do modelo de substituição de importações receberá um novo tratamento no artigo apresentado em Yale em 1965: “Desenvolvimento e estagnação na América Latina: uma abordagem estruturalista”. Nesse texto, realiza uma junção entre os objetivos de entender o processo de crise estrutural das economias latino-americanas através de uma “tipologia” e seu propósito de “deixar o terreno preparado para um enfoque interdisciplinar” (FURTADO, 2022, p. 217), para a abordagem sociológica.

A “tipologia” de Furtado é uma modificação da sua teoria do desenvolvimento, pois apresenta uma nova divisão dos setores econômicos. Se antes ela se estruturava em setor tradicional (ou agrário ou de produção de

subsistência), setor primário-exportador (de agricultura ou mineração) e setor industrial (voltado ao mercado interno), agora temos cinco setores, divididos pela forma de capitalização e nível de progresso técnico que incorporam. São eles: P₁: setor de subsistência; P₂: setor exportador; P₃: setor gerador de capacidade produtiva para o setor exportador; P₄: setor industrial de bens de consumo leves e P₅: setor industrial de máquinas e equipamentos. Até a década de 1920, o forte crescimento do setor exportador foi feito com oferta ilimitada de mão de obra, pela transferência de trabalhadores de P₁, sem que isso desse origem a um mercado de trabalho urbano. Contudo, no início da formação industrial, surgem diferenças importantes. Enquanto a produtividade do trabalho e do capital é maior em P₄ do que em P₂ e P₃, o investimento na agricultura requeria pouca poupança gerada no período anterior (P₂ + P₃). Ao contrário, na indústria, todo o investimento deve se valer de poupança prévia (100%). A reorientação dos investimentos da agricultura para a indústria requer maior taxa de poupança. É a elevada lucratividade da indústria, com preços relativos favoráveis, que irá produzir a poupança para financiar os investimentos e manter a demanda. Esses investimentos, por sua vez, exigem maior capacidade para importar. Uma vez operando com elevadas taxas de lucros e concentração de renda, o setor também gera demanda por bens de consumo duráveis (P₅). Antes atendido com importação, a implantação dele se faz com custos crescentes, de tal forma que nas etapas avançadas de substituição de importações pode diminuir a taxa de lucros e a relação produto-capital tende a cair. Uma vez que é preciso uma proporção maior de capital por trabalhador em P₅ e este absorve pouca mão de obra de P₁, o resultado é a redução da massa de salários e, portanto, da demanda em P₂ e P₃. Assim, os recursos produtivos são cada vez mais investidos nos setores de menor produtividade do capital, saindo dos setores onde o capital gera um produto maior (P₂ e P₃). Como resultado, o aumento da relação capital-trabalho eleva a concentração de renda e o investimento em equipamentos e bens intermediários requer dimensões cada vez maiores do mercado consumidor. Dito de outra forma, o processo de concentração da renda “tende a elevar o coeficiente de capital,

dando lugar a um mecanismo cumulativo”, e, por outro lado, “tende a reduzir a taxa de crescimento” (FURTADO, 1966, p. 81).

O impasse do processo de substituição de importações, portanto, se dá pela impossibilidade de manutenção do crescimento puxado pelo setor de bens duráveis e de produção, pois exige um perfil de consumo e demanda suprido por um mercado cada vez menor, que pressupõe a concentração da renda. Para Furtado, as opções políticas se reduzem, pois o que antes fora percebido como uma desaceleração do crescimento que abria possibilidades de ação e decisão, agora se apresenta como uma crise decorrente da estrutura e da função de produção do setor industrial. Invertendo a interpretação dos anos anteriores, agora o cerne do problema “está nas relações estruturais que delimitam o campo dentro do qual as decisões relevantes são tomadas. É nesse sentido que se pode atribuir ao problema da estagnação latino-americana um caráter estrutural” (FURTADO, 1966, p. 89). Se, até então, a crise estrutural apresentava possibilidades de ação, agora a agência política é limitada pela crise da estrutura.

b) Os grupos sociais e a ação política

Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961) Furtado apresenta uma caracterização dos grupos sociais em disputa na etapa final do processo de industrialização brasileira. Para ele, enquanto na economia colonial “os grupos ligados ao setor externo eram *par excellence* grupos ‘dependentes’ econômica e mentalmente”, os grupos industriais ligados ao mercado interno têm como preocupação central “a manutenção do nível de emprego e a ampliação de seu mercado”, tendo como resultado o surgimento de uma “mentalidade ‘desenvolvimentista’, que possibilitou a formulação de uma primeira política sistemática de industrialização, no último decênio” (FURTADO 2009 [1961], p. 215). O deslocamento do centro dinâmico representa, portanto, a ascensão dos grupos industriais à direção da política econômica.

Em *A pré-revolução brasileira* (1962), a análise adquire uma diferenciação fundamental. Com efeito, e certamente em decorrência da experiência de Celso Furtado na Sudene, os camponeses surgem como um grupo social importante na correlação de forças, e os arranjos sociais tornam-se mais complexos. De fato, o livro é escrito já sob o avanço das tensões vislumbradas em 1961, e agora os custos sociais do desenvolvimento mostram-se mais agudos: concentração social e geográfica da renda, diminuição ou manutenção do padrão de vida dos trabalhadores do campo e das cidades, aumento relativo da renda da terra e concentração industrial favorecendo setores monopolísticos e de baixo caráter social e, *last but not least*, a sobrecarga do papel indutor do Estado, sem mecanismos tributários que o capacitassem a operar financiando a continuação do desenvolvimento.

Dentro desse quadro, a revolução aparece como uma perspectiva no horizonte e o objetivo do texto que dá título ao livro é justamente refletir sobre os valores fundamentais que o processo deve seguir. Para Furtado: “o que há de inegociável é: ‘liberdade e desenvolvimento econômico’” (FURTADO, 1962, p. 19). É preciso pensar a relação entre meios e fins para concretizar o ideal de desenvolvimento com liberdade. Assim, faz-se necessário “desenvolver técnicas que permitam alcançar rápidas transformações sociais com padrões de convivência humana de uma sociedade aberta. Se não lograrmos esse objetivo, a alternativa não será o imobilismo, pois as pressões sociais abrirão caminho, escapando a toda possibilidade de previsão e controle” (FURTADO, 1962, p. 26). Esse caminho passa pelas reformas de base que deveriam atuar nos principais gargalos do sistema econômico, quais sejam: a limitada capacidade de resposta do setor agrário à demanda por alimentos e o financiamento dos investimentos através de emissão monetária.

Portanto, os conflitos sociais agora apontam para um processo revolucionário, a menos que as reformas sejam feitas atendendo os principais grupos que até o momento não puderam gozar os frutos do desenvolvimento econômico: os trabalhadores urbanos e rurais. Reformas aparecem, portanto,

como única opção a uma ruptura do sistema político, do contrário, “[o] retrocesso na organização político-social não virá ao acaso, e sim como reflexo do pânico de certos grupos privilegiados em face da pressão social crescente [...]. Nessas situações é que os grupos dominantes são tomados de pânico e se lançam às soluções de emergência ou golpes preventivos” (FURTADO, 1962, p. 31).

O cenário de revolução iminente reaparece em *Dialética do desenvolvimento* (1964)⁵, porém com uma visão mais refinada dos grupos sociais e de seu papel na distribuição de renda. Com a desaceleração do crescimento, ocorre maior disputa entre o setor industrial e o setor agrário. O primeiro dependia da oferta interna de alimentos, que sempre cresceu mais devagar, de forma que parte dos lucros industriais ia para o setor agrícola, na forma de elevação do custo de vida dos trabalhadores urbanos. Com o fim do crescimento, a redução dos lucros industriais passa a se chocar com a “renda da terra”. O conflito se explicita, mas os canais institucionais para sua resolução são insuficientes, pois os latifundiários têm ampla representação no parlamento e conseguem manter seu status e seus interesses, mesmo contra as necessidades do setor industrial. Ainda assim, essas tensões não se transformam em um conflito aberto, pois a industrialização beneficia a agricultura e vice-versa. Uma vez que esses antagonismos ficam represados pelas vias institucionais, o cenário de crescente reivindicação dos setores assalariados urbanos e rurais aponta que

as tensões constituem uma indicação de que a estagnação não é aceita como resultado final, isto é, que o desenvolvimento se transformou num imperativo social. Tampouco caberia admitir que tal situação conduz necessariamente a um processo revolucionário aberto. Provocando uma nítida tomada de consciência das raízes da crise por parte de amplos grupos da população, ela faz surgir um novo projeto nacional em antítese ao do

⁵ Para João Antonio de Paula (2022, p. 157), “em *A pré-revolução brasileira*, livro de 1962, há considerável otimismo com relação às possibilidades de implantação de reformas estruturais ou de base no Brasil. Em 1964, no livro *Dialética do desenvolvimento*, Celso Furtado assume, claramente, a perspectiva da revolução”.

grupo que se encontra no poder. O impacto na opinião pública pode ganhar grande profundidade, surgindo condições propícias à divisão das classes dirigentes (FURTADO, 1964, p. 141).

Assim, as tensões sociais ainda têm um canal de solução não revolucionário, que passa pela formulação de um projeto nacional de desenvolvimento, no qual a opinião pública e, portanto, o sistema político aberto pode pressionar por uma solução de compromisso em nome da retomada do desenvolvimento.

Em 1965, o primeiro texto que Celso Furtado prepara durante o seu exílio é o “Obstáculos políticos ao crescimento econômico no Brasil”. Ele, em conjunção com o que discutimos no trabalho sobre estagnação, indica o avanço do autor na compreensão dos grupos sociais no Brasil. Ideia indicada nos ensaios anteriores, o “sentido” da industrialização é entendido por Furtado como tendo sido feita por “indução indireta de fatores externos”, de tal forma que não existiu no Brasil uma “atitude consciente” frente ao desenvolvimento econômico (FURTADO, 1966, p. 93). Em decorrência disso, não se constituiu um arcabouço institucional de base industrial, tendo como consequência disparidades regionais, concentração dos investimentos em indústrias não essenciais (maior lucratividade) e sobreinversão em equipamentos industriais, resultando em capacidade ociosa para os setores mais avançados e baixa incorporação de mão de obra.

Examinando a estrutura social brasileira, Furtado destaca que as transformações após a Revolução de 30 romperam as características herdadas da Colônia. O processo de urbanização teve como resultado a maior politização dos trabalhadores desse setor, embora essas modificações na estrutura social não tenham se traduzido em transformações institucionais. Assim, a ausência de uma classe industrial em oposição à agroexportadora que liderasse modificações institucionais – o que foi dificultado pela concentração industrial em São Paulo, dentro de uma organização federativa – permitiu a reprodução do impasse ao longo do tempo. Por outro lado, a centralidade do Senado e da Câmara na organização política fazia com que os interesses

dos setores agrários tradicionais fossem sobrerrepresentados no Parlamento. Dessa forma, surge uma oposição entre o executivo federal e estadual, que nos grandes centros urbanos e industrializados são expressões de interesses organizados em torno dos setores modernos do país, e o poder legislativo, controlado pelas classes tradicionais.

A compreensão das peculiaridades do surgimento dos industriais e dos trabalhadores assalariados do setor faz Celso Furtado estabelecer uma comparação com a experiência europeia do século XIX. A industrialização substitutiva gerou uma dinâmica social diversa, produzindo tensões peculiares. O trabalhador assalariado não se percebe em um processo de degradação social como nos primórdios da industrialização europeia. Ao contrário, aqui ele passa por um processo de “elevação de status social”, pois sai do campo e recebe um salário relativamente maior. A urbanização, por sua vez, ao concentrar renda e ampliar a base de serviços e infraestrutura, atrai uma parcela cada vez maior de trabalhadores que acabam adentrando o setor de serviços ou as indústrias. O campo que, por sua vez, tem baixa produtividade, oferece péssimas condições de vida para a população, incentivando a migração para as cidades grandes e médias. Com a grande capitalização e a concentração de renda que caracteriza os estágios finais do processo de industrialização substitutiva, ocorre um declínio relativo do emprego industrial e uma expansão do subemprego urbano no setor de serviços ou de trabalhos temporários/ocasionais. Já a classe média, composta de empregados no setor de serviços e no governo, mesmo longe do topo da distribuição da renda, consegue garantir seu padrão de vida e perspectivas de ascensão social para seus filhos.

Ora, é essa população urbana heterogênea que teve papel decisivo nas modificações do processo político brasileiro, muito embora suas insatisfações não encontrassem um esquema de ação política para manifestar esse descontentamento. A questão, portanto, é que, “enquanto existiu a instabilidade no sistema de poder, a luta pela conquista do apoio das massas heterogêneas e a necessidade de transacionar permanentemente com os grupos que

controlam o poder real deram origem a formas exacerbadas de populismo” (FURTADO, 1966, p. 105). As instabilidades do sistema político recente, o suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e a instauração do parlamentarismo e a deposição de João Goulart expressam essa instabilidade social e a inexistência de um aparato institucional capaz de promover modificações que contemplem a insatisfação da sociedade. A ausência de projeto de desenvolvimento consciente fez com que a luta política se configurasse como busca de poder pessoal no executivo, ainda que com o apoio das massas urbanas, e a preservação do controle político no legislativo pelos grupos tradicionais. Dentro desse quadro, “as circunstâncias referidas, responsáveis por uma crescente instabilidade política, teriam que favorecer a intervenção militar”. Dessa forma, Furtado sustenta que

a alternativa a uma instabilidade crescente, aberta ou potencial, está na introdução de modificações na estrutura social, que terão de ser mais profundas com o correr do tempo perdido. Uma sociedade exposta à penetração da técnica moderna que se mostra incapaz de criar em sua classe dirigente elementos aptos para liderar a reforma das estruturas sociais, não constitui necessariamente um sistema com possibilidade de preservar o seu *status quo*. Contudo, existe a alta probabilidade de que o custo social das transformações requeridas aumente, se condições históricas particulares permitem revigorar as forças que a elas se opõem (1966, p. 106-107).

Assim, embora retome a periodização do processo de substituição de importações – e isso pode ser entendido como resultado das discussões no Ilpes – a tese geral é de que o processo de mudança estrutural da sociedade é inevitável, pois faz parte das transformações causadas pelo processo de substituição de importações. A etapa de declínio do PSI explicita os conflitos e a continuidade do desenvolvimento só pode ser feita pela modificação da estrutura social. A principal diferença, portanto, em relação aos textos anteriores, é que o esgotamento do processo de substituição de importações, em 1961, 1962 e 1964, está ligado à elevada inflação, à perda da capacidade para importar e aos problemas de desequilíbrio externo. Já em 1965, a crise do PSI decorre da estrutura tecnológica, da formação de capital e da

distribuição de renda; não se fala tanto em inflação, em perda da capacidade de importar, mas na impossibilidade de manter o nível dos investimentos e da acumulação, dada a crescente capacidade ociosa e a retração dos mercados consumidores de bens de consumo duráveis. Passa-se das restrições de política econômica para a função de produção e de capitalização da economia. Em carta escrita a Aníbal Pinto, em setembro de 1968, Furtado reitera sua convicção de que o processo inflacionário não é o elemento determinante da falta de dinamismo das economias latino-americanas, mas adiciona-se a fatores estruturais. Referindo-se a seu livro de 1966 e ao artigo publicado com Andrea Maneschi, com quem estabelecera colaboração na Universidade de Yale (FURTADO, 1966; FURTADO e MANESCHI, 1968), Furtado afirma que “existem forças de caráter estrutural que levam à concentração da renda na economia brasileira (ou em qualquer economia com as características sociais e institucionais da nossa) e que essa concentração de renda é o principal obstáculo para a consecução de uma taxa elevada e estável de desenvolvimento”. Evitando excessiva ênfase no problema da inflação, Furtado sublinha que a solução dos complexos problemas brasileiros independeria de dispor o país de “bons administradores, um bom banqueiro central [...]” (FURTADO, 2021, p. 343-344).

c) O papel do contexto internacional como condicionante das possibilidades de ação dos governos nacionais dentro da crise econômica estrutural

Na concepção de Furtado (1966), a análise da crise das economias latino-americanas nos anos 1960, incluindo o golpe de Estado no Brasil, seria indissociável da análise da evolução geopolítica e econômica internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com a emergência da Guerra Fria – e seus desdobramentos na América Latina – e a expansão das empresas multinacionais. Em sua atuação na Sudene, sob vigência da Aliança para o Progresso, e no Ministério do Planejamento – em que seu Plano Trienal é abandonado por falta de apoios internos e externos –, Furtado vivencia as pressões internacionais que influenciam os destinos do Brasil,

embora não tenha teorizado especificamente sobre elas nos livros de 1961, 1962 e 1964. Afastado de funções públicas, dentre seus primeiros trabalhos no exílio destacam-se as análises das implicações da hegemonia norte-americana sobre o futuro da América Latina na segunda metade do século XX, publicadas sob o título de “Obstáculos externos ao desenvolvimento” em seu livro de 1966⁶.

Analisando o contexto internacional subjacente a esse momento de crise das economias latino-americanas, Furtado chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento na região, considerada área de influência dos Estados Unidos no âmbito da organização internacional por eles preconizada, estava condicionado pelos problemas de “segurança” identificados por esse país, relacionados tanto à manutenção do “american way of life” quanto à defesa dos interesses norte-americanos no exterior no contexto da Guerra Fria. A ajuda externa ou os programas de assistência norte-americanos aos países subdesenvolvidos seriam o meio de promover a modernização desses países, tendo em vista um “desenvolvimento autossustentado” – conforme o esquema propugnado por W. W. Rostow (1960) – que afastaria a possibilidade de instabilidades sociais. No entanto, à medida que transformações estruturais fossem provocadas no decorrer desse processo de desenvolvimento que, orientado de fora, pressupunha a absorção de modos de vida estrangeiros, inevitavelmente surgiriam instabilidades sociais. Explicitava-se, nas discussões sobre os mecanismos de ajuda externa norte-americana, que sua forma mais eficaz seria a que permitisse maior satisfação das elites locais interessadas em manter os países fora do comunismo (FURTADO, 1966, p. 37). Como “potência líder”, caberia aos Estados Unidos garantir a estabilidade social por meio da criação de “estruturas supranacionais, se não desejassem correr o risco de crescentes defecções em sua esfera de influência”. E Furtado prossegue sua análise: “Enquanto essas estruturas

⁶ Versões do texto publicado nesse livro (FURTADO, 1966, cap. 2) foram também publicadas no exterior em francês e inglês, sob os títulos, respectivamente, de “L'hégémonie des États-Unis et l'avenir de l'Amérique latine” (*Esprit*, 1966) e “U.S. hegemony and the future of Latin America” (*The World Today*, 1966).

supranacionais não tivessem êxito, os próprios Estados Unidos haveriam de arcar com a responsabilidade de garantir a estabilidade social interna de todos os países sob sua órbita” (1966, p. 37). Após a crise dos mísseis em Cuba (1962), a então recente invasão da República Dominicana (1965) ilustrava a defesa dos interesses norte-americanos na região.

Furtado destaca que a conservação das esferas de influência dos Estados Unidos seria, bem entendido, o fim último de suas políticas de promoção do desenvolvimento em outros países (a exemplo da Aliança para o Progresso). O instrumento para a consecução de um desenvolvimento latino-americano com ajuda externa, respondendo a interesses econômicos, políticos e de segurança dos Estados Unidos, seriam as grandes empresas privadas estadunidenses, capazes de atuar em nível internacional. Um dos problemas apontados por Furtado em relação a esse tipo de desenvolvimento é a preferência das grandes empresas por investimentos em setores de tecnologia mais avançada, além de atuarem na região sem controles antitruste e sob a proteção político-militar norte-americana. Assim, essas empresas se tornariam “um superpoder” na medida em que a elas caberiam decisões relativas “à orientação dos investimentos, à localização das atividades econômicas, à orientação da tecnologia, ao financiamento da pesquisa e ao grau de integração das economias nacionais” (FURTADO, 1966, p. 44). Dessa forma, a atuação das empresas multinacionais resultaria em aumento das disparidades regionais e de renda e do desemprego na América Latina, com possibilidade de ampliação das tensões sociais e da ação repressiva do Estado. Tratava-se de um projeto de desenvolvimento que tornava “obsoleta a ideia de nacionalidade como principal força política na América Latina” e era atrativo às classes dirigentes locais interessadas no controle das instabilidades sociais (p. 44). Para ele, no entanto, o desenvolvimento dependeria da participação popular e da recuperação da ideia de nacionalidade, com o fortalecimento dos Estados “como centros políticos capazes de interpretar as aspirações nacionais e de aglutinar as populações em torno de ideais comuns” (p. 46). O autor avaliava, naquele momento, que a hegemonia norte-americana na América Latina, preconizando um desenvolvimento

baseado na ação de grandes empresas estrangeiras e no controle da subversão, operava no sentido de reforçar estruturas anacrônicas de poder e ensejava a manutenção do status quo na região.

As análises de Furtado desse período realçam a existência de uma “aliança tácita entre o governo de Washington e as ditaduras latino-americanas”⁷ (FURTADO, 1989, p. 4). Em carta a Víctor Urquidi, de 6 de junho de 1966, referindo-se ao texto que publicara no *Jornal do Brasil* (edição de 3 de março de 1966), “A hegemonia dos Estados Unidos e o futuro da América Latina”, Furtado criticava a postura das classes dirigentes brasileiras diante dos EUA e manifestava sua insatisfação com os debates realizados no Brasil:

Os americanos estão no seu direito de povo com poderes imperiais de pretender organizar o mundo da forma que lhes parece justa. Que eles vendam a sua ideologia às nossas classes dirigentes (a ponto de fazê-los falar como ventríloquos) também é do seu direito. A nós, intelectuais, cabe contribuir para que se forme uma consciência crítica do que está ocorrendo. O diálogo de surdos que existe hoje entre o dogmatismo de esquerda e o comodismo de direita contribui muito pouco para a formação dessa consciência. Concordo que a consciência nacional não morreu, e por isso continuo escrevendo. Mas quando vejo os militares de nossos países se reunindo periodicamente para receber instruções dos homens do Pentágono, não posso deixar de preocupar-me com a saúde dessa consciência. [...] (FURTADO, 2021, p. 371).

Na visão de Furtado, o golpe de 1964 permitiu o aprofundamento das relações entre a estrutura econômica brasileira e o capital internacional, com reflexos sobre as estruturas socioculturais e sobre a distribuição da renda, que operavam no sentido de perpetuar o subdesenvolvimento. Os textos trabalhados neste artigo são ainda marcados pela ideia de que a crise das economias latino-americanas nos anos 1960 explicitava tendências à estagnação econômica na região, interpretação que evoluiria a partir de 1970, com maior ênfase na questão da dependência externa (cultural e tecnológica)

⁷ Furtado referia-se ao livro *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, de 1973, que reuniu textos escritos entre 1964 e 1968, anteriormente publicados (FURTADO, 1966, 1968)

das economias subdesenvolvidas (FURTADO, 1971). Sem retomarmos os debates sobre as tendências à estagnação na economia latino-americana apontadas por Furtado nos anos 1960⁸, destacamos um trecho de sua correspondência com Maria da Conceição Tavares, datada de 1971, em que o autor esclarece sua posição:

A tendência à estagnação não seria uma situação necessária, pela qual deveriam passar os países da A. Latina. Ela se havia manifestado em alguns casos e isso pedia uma explicação teórica. Ela podia ocasionalmente ser modificada, dizia eu, quando intervinham certos fatores, como melhora dos termos de intercâmbio. É evidente que a ação do Estado, ampliando a frente de investimentos, uma forte entrada de capitais estrangeiros, a reorientação das inversões em benefício de setores em que é mais intensa a absorção de progresso técnico, entre outros fatores, podem ter o mesmo efeito. [...] Hoje eu vejo o problema de forma algo diferente: trata-se menos de tendência à estagnação que de perpetuação do subdesenvolvimento (FURTADO, 2021, p. 213-214, grifos do autor).

Como vimos, nos seminários realizados no Ilpes em 1964, Furtado iniciou um processo de releitura das interpretações sobre a industrialização latino-americana e o subdesenvolvimento. É desse período a elaboração de seu modelo sobre estagnação e desenvolvimento na América Latina, cuja versão mais formalizada foi elaborada em colaboração com Andrea Maneschi e publicada em 1968. A este autor, Furtado escreveria, em 7 de outubro de 1967:

Continuo convencido da validade das hipóteses básicas do modelo. Este seria mais complexo se se introduzisse o Estado como fator que também interfere na distribuição da renda. Em realidade, partindo dele, outras linhas de investigação teórica podem ser tentadas. Mas o fundo do problema permanecerá: a tecnologia exógena e o marco institucional criam um perfil de demanda que freia o desenvolvimento. A importância prática está em que, reconhecido esse núcleo de verdade, se pode partir para orientar a penetração da tecnologia e modificar o marco institucional a fim de criar condições propícias ao desenvolvimento. (FURTADO, 2021, p. 292-293, grifos nossos).

⁸ A esse respeito, ver Coutinho (2019) e Bastos (2021).

As reflexões iniciadas e os contatos intelectuais estabelecidos no Ilpes contribuiriam à inclusão de novas dimensões nas análises de Furtado sobre o subdesenvolvimento. O seminário coorganizado por Furtado e Echavarría, e contando com a participação, entre outros, de F. H. Cardoso e F. Weffort, propunha discussões mais abrangentes do que a crítica imediata ao golpe de Estado no Brasil, e poderia ter ensejado pesquisas inovadoras no Instituto sobre corporações multinacionais na América Latina⁹. Entre as reflexões então iniciadas estava a questão da instalação de empresas dos países centrais nas nações periféricas – o fenômeno da “internacionalização do mercado interno” que seria destacada por Cardoso (FURTADO, 1997c, p. 73) – e suas consequências sobre a dependência latino-americana. Essas discussões sobre o aprofundamento da dependência, como sintetiza Dosman (2008), englobavam a redefinição, sob comando das empresas multinacionais, das relações econômicas internacionais (com reflexos sobre classes sociais, partidos políticos e sociedade civil), e não poderiam excluir o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado no Brasil.

Furtado inicia em seu livro de 1966 uma análise da expansão internacional das grandes empresas e seus impactos nos países subdesenvolvidos, que será continuada em seus trabalhos subsequentes. (FURTADO, 1968, 1974) Em carta a Werner Baer, datada de 20 de outubro de 1967, Furtado assim sintetizava suas atividades de pesquisa naquele momento:

Demais do subdesenvolvimento como problema global, também me interessa agora estudar a evolução da economia dos USA e suas projeções mundiais. [...] Estou convencido de que para compreender o que ocorre no mundo de hoje é essencial observar com alguma atenção o que se passa de significativo no seu país (FURTADO, 2021, p. 317).

Considerando a hegemonia norte-americana sobre a América Latina e o aprofundamento da dependência com o processo de internacionalização do

⁹ Dosman (2008) salienta que as pressões políticas derivadas da presença de intelectuais como Furtado e Cardoso teriam impedido que se desenvolvesse essa linha de pesquisa. Havia o receio, explica, de que as discussões se dirigissem para a crítica da relação entre elites e empresas como base das ditaduras emergentes na América Latina.

capital produtivo, o tema das projeções internacionais da economia dos Estados Unidos continuaria a ocupar o autor nos anos seguintes. Como lembraria em sua autobiografia, sua experiência recente no Brasil o convenceria de que para captar o sentido do que ocorria na América Latina era necessária “uma melhor compreensão das transformações que estavam ocorrendo nos Estados Unidos, dado que esse país assumira na plenitude o papel de centro mundial de poder” (1997c, p. 49). De forma mais ampla, seu projeto no exílio seria

observar de perto o que se passava no vasto mundo, sem o que tenderíamos a cair no isolamento e a correr o risco de ficar prisioneiros de uma visão exterior concebida para reforçar nossa dependência. [...] Estava decidido a aproximar-me dos centros de onde emana o poder real para estudar os sistemas de dominação que comandam o nosso destino de povos periféricos. (FURTADO, p. 57 e p. 60)

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi indicar as repercussões de um evento decisivo, o golpe militar de 1964, na vida pessoal, profissional e intelectual de Celso Furtado. Embora grande parte dos estudiosos enfatize a indissociabilidade de teoria e ação em seu pensamento, buscamos aquilatar o impacto da ruptura política no Brasil através de escritos de caráter pessoal, como as cartas e os diários, além dos escritos autobiográficos. Esses textos nos franquearam um acesso detalhado a suas reflexões, a seus projetos de estudos e, por eles, pudemos ir traçando a evolução de suas ideias no período em questão. Sem que esse exame esgotasse nosso objetivo, identificamos, no próprio andamento dos textos e reflexões de Furtado, como a alteração da realidade brasileira e latino-americana foi sendo apreendida, levando a modificações em suas interpretações. Colocamos, dentro do curto espaço deste trabalho, texto e contexto em diálogo, demonstrando como a escrita se desdobrava para captar a realidade histórica.

Destacamos três modificações importantes em sua análise. Em primeiro lugar, a compreensão do processo de substituição de importações, que passa de um processo capaz de superar o subdesenvolvimento para o criador de um impasse estrutural, manifestado pelas limitações impostas pelas características tecnológicas e a função de produção do setor produtor de bens de consumo duráveis. Em seguida, como foi complexificando a percepção dos grupos sociais e a capacidade do sistema político de canalizar e resolver conflitos dentro do marco democrático. O golpe militar, nesse caso, representou a solução autoritária decorrente da opção dos grupos industriais e agrários de manterem suas margens de lucro e acumulação em detrimento das massas urbanas e rurais. Finalmente, a percepção crescente de que a autonomia econômica e política conquistada com a industrialização, tão presente nos escritos pré-64, desaparece ao mesmo tempo que a posição da América Latina na Guerra Fria deixa pouco espaço para a autonomia nacional, seja em termos de reformas e avanços sociais, seja no âmbito econômico, com a política externa norte-americana de ampliação da presença de suas empresas na América Latina. O otimismo de inícios da década de 1960 transformara-se, poucos anos depois, na ausência de alternativas econômicas e políticas.

As marcas do exílio na obra de Celso Furtado, contudo, não aparecem exclusivamente nos textos que analisamos, mas persistiram. Exemplo de desdobramentos que indicamos acima, a organização de um número sobre o Brasil para a revista francesa *Temps Modernes* reuniu os sociólogos e intelectuais brasileiros com quem Furtado manteve intensa correspondência durante seu exílio. A necessidade de pensar os problemas latino-americanos de forma conjunta também se manifestou na criação do clube Bianchi's, grupo criado em torno da ideia de que existia “um grupo significativo de intelectuais latino-americanos com profundas afinidades, que até certo ponto podem ser considerados como integrantes de uma escola de pensamento” (FURTADO, 2021, p. 358). Ambas as iniciativas, documentadas em sua correspondência intelectual, reafirmam a importância dessa nova fonte para a compreensão do pensamento de Celso Furtado.

Referências

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Tardio, desigual e combinado: a origem do projeto intelectual da Escola de Campinas e a contribuição de Maria da Conceição Tavares. In: FUCIDJI, J. R. (org.). *As Narrativas de Clio: ensaios de interpretação histórica e metodológica*. 1. ed. Curitiba/Campinas: CRV/Unicamp.IE, 2021, p. 91-169
- BIANCONI, Renata. Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado. *História Econômica & História de Empresas*, v. 19, n. 1, p. 155-188, 2016
- BOIANOVSKY, Mauro. A formação política do Brasil segundo Furtado. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 34, n. 4(2), p. 198-211, 2014
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus Editora, 1996.
- CARDOSO, José Luis. Quasi una fantasia: marcos autobiográficos da formação econômica de Celso Furtado. *Análise Social*, n. 241, v. LVI (4.º), p. 620-640, 2021
- CEPÊDA, Vera Alves. Revendo o lugar da democracia no processo de modernização: as matrizes da teoria furtadiana do desenvolvimento. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). *O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009, p. 131-156
- COUTINHO, Maurício C. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 19, n. 3, p. 448-474, 2015
- COUTINHO, Maurício C. Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico. *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 3, p. 741-761, 2019
- COUTINHO, Maurício C. Correspondência intelectual: uma nova perspectiva sobre Furtado. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 79, p. 180-185, 2021
- DOSMAN, Edgar J. *The life and times of Raúl Prebisch, 1901-1986*. 1. ed. Montreal and Ithaca: McGill-Queen's University Press, 2008
- FELGUEIRAS, Carmen. "Pouco mais do que uma viagem de turismo": as viagens de juventude de Celso Furtado. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 78, p. 108-134, 2021
- FRANCO, Rolando. El Ilpes de Prebisch. *Mundos Plurales – Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, v. 2, n. 1, p. 9-44, 2015
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento [1961]*. Edição definitiva. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964
- FURTADO, Celso. Obstáculos políticos ao crescimento econômico no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, v. 1, n. 1, p. 129-145, 1965
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, Celso (coord.). Le Brésil. *Les Temps Modernes*, v. 23, n. 257, 1967
- FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968
- FURTADO, Celso. Dependência externa y teoría económica. *Trimestre Económico*, v. 38, n. 150(2), 1971
- FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973

- FURTADO, Celso. Aventuras de um economista brasileiro [1973]. In: D'AGUIAR, Rosa Freire. *Essencial Celso Furtado*. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics; Cia. das Letras, 2013
- FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974
- FURTADO, Celso. Há 30 anos, um livro para explicar o Brasil [entrevista a J. Barros]. *O Estado de S. Paulo*, 18 fev. 1989. Caderno 2, p. 4
- FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997a, v. 1
- FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997b, v.2
- FURTADO, Celso. *Os ares do mundo*. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997c, v. 3
- FURTADO, Celso. *Diários Intermitentes (1937-2002)*. Organização e notas de Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019
- FURTADO, Celso. *Correspondência Intelectual (1949-2004)*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021
- FURTADO, Celso; MANESCHI, Andrea. Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina. *Revista Brasileira de Economia*, v. 22, n. 2, p. 5-32, 1968
- IGLÉSIAS, Francisco. *História e ideologia*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1971
- KLÜGER, Elisa. Celso Furtado: um economista com lentes de literato. *Estudos Avançados*, 34(100), p. 261-278, 2020
- MALLORQUÍN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2005
- OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003
- PAULA, João A. de. *Capítulos de história do pensamento econômico no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2022
- ROSA, Lilian da. Celso Furtado, o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 81, p. 63-83, 2022
- ROSTOW, Walt W. *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960
- SILVA, Roberto Pereira. A correspondência intelectual de Celso Furtado. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 16, n. 30, p. 185-192, 2021
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978